POLÍTICAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DO ESTADO MOÇAMBICANO FACE AO CICLONE IDAI NA CIDADE DA BEIRA (2019-2024)[1]

Castigo Dias Elias Sitoi[2]

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise crítica da atuação do Estado moçambicano face ao ciclone Idai na cidade da Beira. O trabalho analisa as ações emergenciais e a implementação de políticas públicas de médio e longo prazo entre o período de 2019 a 2024, com foco na transição da resposta imediata para estratégias de reconstrução e desenvolvimento sustentável. A pesquisa parte da experiência direta do autor e de relatos das vítimas do ciclone, reforçando sua relevância social e evidenciando a urgência de aprimorar a gestão de desastres no país. O problema central consiste em avaliar até que ponto a atuação do governo foi capaz de responder aos impactos imediatos e enfrentar desafios posteriores de ordem social, econômica e política, considerando também as desigualdades na distribuição da ajuda e a forte dependência da cooperação internacional. O objetivo geral era compreender a atuação do Estado na implementação de políticas públicas em resposta ao fenômeno. Especificamente, buscou-se analisar a assistência à população afetada, as ações de reconstrução, as estratégias de adaptação a população local e as limitações estruturais do Estado. Quanto a metodologia adotada é qualitativa, baseada em fontes secundárias e relatos empíricos de algumas pessoas afetadas. Embora tenham existido esforços Estatais e apoio internacional, a resposta apresentou limitações significativas quanto à equidade, eficácia e continuidade das políticas públicas. Por fim, o estudo evidencia a necessidade de fortalecer a capacidade institucional do Estado, reduzir a dependência externa e desenvolver estratégias mais inclusivas e sustentáveis de gestão de desastres.

Palavras-chave: Beira (Moçambique) - política e governo; política pública; ciclone Idai.

ABSTRACT

This article offers a critical analysis of the Mozambican state's response to Cyclone Idai in the city of Beira. It examines emergency interventions and the implementation of medium- and long-term public policies between 2019 and 2024, focusing on the transition from immediate relief to reconstruction and sustainable development strategies. The research draws upon the author's direct experience and accounts from cyclone victims, underscoring its social relevance and highlighting the urgent need to improve disaster management in the country. The central issue is an assessment of the extent to which the government's actions effectively addressed both the immediate impacts and subsequent social, economic, and political challenges—while also considering inequalities in the distribution of aid and a heavy reliance on international cooperation. The primary objective was to understand the state's role in implementing public policies in response to the disaster. Specifically, the study analyzes assistance provided to the affected population, reconstruction efforts, local adaptation strategies, and the structural limitations of the state. The methodology is qualitative, based on secondary sources and empirical accounts from individuals affected by the cyclone. Although there were state-led efforts and international support, the response revealed significant shortcomings regarding equity, effectiveness, and the continuity of public policies. Ultimately, the study highlights the necessity of strengthening the state's institutional capacity, reducing external dependency, and developing more inclusive and sustainable disaster management strategies.

Keywords: Beira (Mozambique) – politics and government; public policy; Cyclone Idai.

[1] Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio.

[2] Graduando no Bacharelado em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Manjoro, Ferreira e Rosse (s.d.), Moçambique é um país que enfrenta frequentemente desastres naturais, principalmente ciclones, devido à sua localização geográfica na costa do Oceano Índico. Um dos casos mais marcantes foi o ciclone Idai que atingiu a cidade da Beira, em março de 2019, causando grande destruição, muitas mortes e deixando milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse acontecimento mostrou não apenas a força da natureza, mas também as dificuldades que o país enfrenta para lidar com crises ambientais e desastres naturais dessa dimensão.

Figura 1 - Mapa da cidade da Beira, Moçambique



Fonte: Beira (2026).

A cidade da Beira está localizada na província de Sofala, na região central de Moçambique, sendo uma das cidades mais importantes do país. Além de possuir um dos maiores portos marítimos de Moçambique, a cidade também tem grande importância econômica e social. De acordo com dados do Censo de 2017, a Beira é considerada a quarta maior cidade do país, com uma população superior a 533 mil habitantes. A cidade encontra-se próxima ao Oceano Índico, numa região baixa e pantanosa, características que aumentam os riscos de inundações e ciclones. O clima da Beira é tropical húmido, marcado por temperaturas elevadas e fortes chuvas, principalmente durante o período das monções. Em março de 2019, a cidade foi fortemente atingida pelo ciclone Idai, um dos maiores desastres naturais já registrados em Moçambique. O fenômeno provocou grandes destruições, afetando casas, escolas, hospitais,

estradas e deixando milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. A tragédia transformou a Beira em um dos principais símbolos da destruição causada pelo ciclone no país (Beira, 2026).

Diante do exposto, observamos em termos acadêmico-científico que era relevante analisar como o Estado moçambicano atuou para responder a essa tragédia. Uma vez que as políticas públicas desempenham um papel fundamental na sociedade, sobretudo em momentos desse tipo de situação-emergencial social, isto é, elas são responsáveis por organizar a ajuda à população, garantir direitos básicos e promover a reconstrução das áreas afetadas. No entanto, nem sempre essas ações acontecem de forma urgente, justa e eficiente. (Mastrodi; Ifanger, 2020).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Estado moçambicano após o ciclone Idai, observando as ações emergenciais e as políticas públicas desenvolvidas entre o período de 2019 a 2024. A escolha desse recorte temporal se deve, primeiro, 2019 ser o ano em que ocorreu o ciclone Idai, segundo, escolhemos 2024, pois 6 anos é o tempo que nos propomos lançar olhar para os propósitos do estudo. Ademais, se buscou compreender as dificuldades enfrentadas pela população local, a dependência da ajuda internacional e a forma como a população reagiu diante dessa crise ambiental e social. Não apenas, reflete-se a importância de melhorar a gestão de desastres e fortalecer as políticas públicas no país.

Metodologicamente, a pesquisa foi de caráter qualitativo, a partir da consulta de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses relacionadas às políticas públicas, gestão de desastres, ajuda humanitária e aos impactos do ciclone Idai em Moçambique. Os materiais foram obtidos por meio das plataformas Google Acadêmico e SciELO, utilizando palavras-chave como "ciclone Idai", "políticas públicas em Moçambique", "gestão de desastres", "ajuda humanitária" e "reconstrução pós-Idai".

Também foi realizada análise documental com base em relatórios, planos e documentos oficiais produzidos pelo Governo da República de Moçambique e por diferentes organizações nacionais e internacionais que participaram das ações de assistência humanitária e reconstrução após a passagem do ciclone Idai. Entre as instituições consultadas destacam-se o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), responsável pela coordenação das ações de prevenção e resposta às calamidades em Moçambique; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organismo das Nações Unidas voltado para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), responsável por programas voltados para a proteção da criança e do adolescente; o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), responsável pela coordenação da assistência humanitária internacional; o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), integrante do Grupo Banco Mundial; e a

Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência internacional voltada para a proteção e assistência às populações deslocadas.

Foram igualmente consultados documentos produzidos pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), devido à importância dessas instituições nas ações de resposta e recuperação após o ciclone.

Entre os documentos analisados destacam-se a Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (Post Disaster Needs Assessment – PDNA), elaborada pelo Governo da República de Moçambique em parceria com o Banco Mundial, a União Europeia e as Nações Unidas; o Plano Diretor para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030; a Lei n.º 15/2014, de 20 de junho, sobre Gestão do Risco de Calamidades; os Relatórios de Situação Humanitária do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários; os Relatórios Humanitários do Fundo das Nações Unidas para a Infância; os relatórios do Banco Mundial sobre os impactos socioeconômicos do ciclone Idai; os relatórios da Organização Internacional para as Migrações sobre deslocamentos populacionais; além de comunicados e documentos divulgados pelo Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres e pelo Conselho de Ministros da República de Moçambique.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas cinco entrevistas informais por meio do aplicativo WhatsApp com moradores que vivenciaram diretamente os impactos do ciclone Idai. Participaram da pesquisa quatro homens e uma mulher, com idades entre 24 e 40 anos, residentes em áreas afetadas pelo desastre. Para preservar a identidade dos participantes, eles foram identificados como E1, E2, E3, E4 e E5.

A caracterização dos participantes foi a seguinte:

- E1 (28 anos, estudante, residente na cidade da Beira)
- E2 (31 anos, comerciante informal, residente na cidade da Beira)
- E3 (40 anos, empreendedora, residente na cidade da Beira)
- E4 (24 anos, estudante, residente na cidade da Beira)
- E5 (35 anos, comerciante, residente na cidade da Beira)

As entrevistas foram realizadas através de mensagens escritas e áudios enviados pelo WhatsApp. Algumas ocorreram em formato de conversa direta, no sistema de perguntas e respostas (pingue-pongue), permitindo maior interação entre o pesquisador e os participantes.

A escolha dos entrevistados ocorreu por conveniência e acessibilidade, tendo em vista que todos possuíam experiência direta com o ciclone Idai.

Foi utilizado um roteiro semiestruturado, composto predominantemente por perguntas abertas, permitindo que os entrevistados descrevessem livremente suas experiências. Algumas perguntas fechadas foram utilizadas apenas para recolher informações gerais sobre idade, sexo e local de residência.

Entre as perguntas realizadas aos entrevistados destacam-se:

a) Onde você estava quando o ciclone Idai atingiu sua região?

b) Quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante e após o ciclone?

c) Você recebeu assistência humanitária? De quem?

d) Como avalia a atuação do governo moçambicano durante a fase de emergência?

e) A ajuda recebida chegou em tempo adequado?

f) Quais foram os principais impactos sociais e econômicos provocados pelo desastre em sua comunidade?

g) O que poderia ter sido feito de forma diferente pelas autoridades governamentais?

h) Como se encontra a situação da sua comunidade atualmente?

As respostas obtidas foram registradas por meio das mensagens e áudios trocados com os participantes. Posteriormente, as informações foram organizadas e analisadas qualitativamente. Para facilitar a interpretação dos dados, as respostas foram agrupadas em categorias temáticas, tais como sobrevivência durante o ciclone, assistência humanitária, atuação do governo, dificuldades enfrentadas pela população, impactos sociais e processo de reconstrução.

A análise dos depoimentos foi realizada por meio da comparação entre as informações fornecidas pelos entrevistados e os dados encontrados nos documentos oficiais e nas referências bibliográficas utilizadas na pesquisa. Esse procedimento permitiu confrontar as experiências vividas pela população com as ações desenvolvidas pelo Estado moçambicano e pelas organizações humanitárias.

Com a combinação dentre a revisão bibliográfica e a análise documental e relatos dos participantes possibilitou uma compreensão mais próxima da realidade vivida pela população afetada, contribuindo para uma análise mais crítica e humana sobre a atuação do governo moçambicano diante do ciclone Idai e sobre as políticas públicas implementadas no período de reconstrução entre 2019 e 2024.

Esses relatos ajudaram a enriquecer a pesquisa, trazendo uma visão mais próxima da realidade vivida pela população afetada. Dessa forma, foi possível desenvolver uma análise

mais humana e crítica sobre a atuação do governo moçambicano e sobre as políticas públicas implementadas após o ciclone Idai.

2 CICLONE IDAI EM MOÇAMBIQUE: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE DESASTRES

No entanto, o problema não é apenas natural. A situação torna-se ainda mais grave por causa das condições sociais e econômicas do país. Moçambique enfrenta altos níveis de pobreza é por isso que o país tornou se muito dependente de ajuda internacional para lidar com crises. Essa dependência acaba criando uma relação desigual, em que muitas vezes as decisões não são tomadas apenas pelo governo, mas também influenciadas por interesses externos, o que levanta debates sobre autonomia e até formas de controle indireto.

> [...] a pobreza econômica limita sobremaneira a capacidade desse Estado em estabelecer planos e políticas efetivas de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, tendo em vista, em primeiro lugar, a salvaguarda de direitos humanos fundamentais (Matos; Ndapassoa, 2020, p. 141).

Na noite entre os dias 14 e 15 de março de 2019, a região central de Moçambique, especialmente a cidade da Beira, que foi devastada pelo ciclone tropical Idai. O noticiário vinculado a Cruz Vermelha, nos mostra que "mais de 90% da infraestrutura da cidade ficou destruída após a passagem do fenômeno que também afetou o Zimbábue e o Maláui" Rádio e Televisão de Portugal (RTP Notícias, 2019). As Nações Unidas (ONU) alertaram que "o número de vítimas poderia aumentar nos dias seguintes, devido ao agravamento das cheias provocadas pela tempestade" Rádio e Televisão de Portugal (RTP Notícias, 2019). "Considerado um dos maiores desastres naturais já registrados no hemisfério sul, o ciclone atingiu ventos máximos estimados entre 194 e 195 km/h no mar" Office for the Coordination of Humanitarian Affairs – (OCHA, 2019;). e entre 180 e 200 km/h ao atingir a costa da cidade da Beira Global Disaster Alert and Coordination System – GDACS, 2019), provocando milhares de mortos, feridos e deslocados, evidenciando fragilidades da gestão de riscos e das políticas públicas de prevenção a desastres no país.

Segundo a Direcção Nacional de Saúde (DNS) (2019:2) "o Ciclone Idai atingiu o centro de Moçambique em Março de 2019 e as inundações que se seguiram resultaram em cerca de 1,85 milhões de pessoas necessitadas de ajuda humanitária e de proteção. O número oficial de

mortos reportado foi de 603 pessoas, com mais de 1.641 pessoas feridas".(Campos; Mucóchua, 2020, p. 53).

Esses dados demonstram a dimensão da tragédia provocada pelo Ciclone Idai e evidenciam a necessidade de uma resposta rápida por parte do Estado moçambicano e dos seus parceiros internacionais, tanto no atendimento emergencial quanto na assistência às famílias deslocadas.

Segundo o Presidente da república Filipe Jacinto Nyusi "diz que a preocupação do Governo é de salvar vidas humanas, sem acusações nem desculpas. As Forças de Defesa e Segurança estão na Beira com meios marítimos e aéreos para ajudar a salvar vidas." (Filipe Nyusi, 2019).

Por isso, as políticas públicas são uma forma de organização do Estado para cuidar da população, principalmente daqueles que mais precisam. Quando funcionam bem, elas conseguem proteger as pessoas e diminuir desigualdades, garantindo que todos tenham acesso a condições mais justas de vida.

> Em termos funcionais, portanto, parte-se da ideia de que políticas públicas servem para promover alguma coisa importante. Como nada é mais importante ou relevante do que direitos humanos, estes são comumente entendidos como o objeto (ou melhor, como a finalidade) de qualquer política pública (Mastrodi; Ifanger, 2020, p, 9).

Este estudo justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema. Compreender os limites e potencialidades da resposta do Estado moçambicano permite refletir sobre os desafios de governança em países africanos diante de catástrofes naturais. Analisar a transição das ações emergenciais para políticas públicas de médio e longo prazo ajuda a identificar estratégias para uma gestão mais sustentável e resiliente frente a futuros desastres. Além disso, problematiza-se a dependência da cooperação internacional, frequentemente necessária, mas capaz de restringir a autonomia do Estado na definição de prioridades.

3 ATUAÇÃO DO GOVERNO E A AJUDA HUMANITARIA INTERNACIONAL: DA EMERGÊNCIA À RECONSTRUÇÃO (2019–2024)

"No dia 26 de março, estabeleceu o Programa de Reconstrução Pós-Ciclone Idai (PRE POC), no qual as seguintes medidas foram adotadas: aprovação do plano de reconstrução, a partir de uma abordagem pragmática e social na área de edifícios públicos e privados, equipamentos e estradas; a reconstrução de moradias feita de forma paulatina através de parceiros e sociedade civil." (Matos; Ndapassoa, 2020).

Segundo Matos e Ndapassoa (2020), a resposta internacional ao Ciclone Idai foi organizada por meio de parcerias entre o governo moçambicano e diferentes atores externos:

> O governo, através do Gabinete de Reconstrução Pós-Idai e com base na Metodologia de Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA), solicitou apoio e parceria global ao Banco Mundial, ao Sistema das Nações Unidas, à União Europeia e ao Banco Africano de Desenvolvimento, no desenho e execução de um programa de avaliação e assistência humanitária às regiões afetadas. Em paralelo, vários países, organizações internacionais e organizações não governamentais, voluntariamente, ofereceram assistência e ajuda ao país em meios de salvamentos aéreos, terrestres e aquáticos, kits de emergência, montagem de hospitais de campanha e equipes médicas. (Matos; Ndapassoa, 2020, p. 148).

Como forma de enfrentar os elevados índices de pobreza e promover melhores condições de vida para a população, o Estado moçambicano criou um órgão responsável por desenvolver e coordenar políticas voltadas à área ambiental. Entre suas principais atribuições estava a implementação de estratégias que conciliavam a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável do país. Para alcançar esses objetivos, foram definidas ações relacionadas ao fortalecimento das instituições públicas, à formulação de políticas governamentais, à administração dos recursos naturais, ao planejamento das áreas urbanas e costeiras, além da promoção da educação ambiental como instrumento de conscientização da sociedade (Matos; Ndapassoa, 2020).

> A Lei 15/2014 trata da gestão do risco das calamidades, incluindo a prevenção e a mitigação dos efeitos advindos das calamidades e o desenvolvimento de ações de socorro, assistência e recuperação de áreas afetadas. Essa lei ampliou o conceito de calamidade ao incluir incêndios, queimadas, epidemias, erosão e derrames de hidrocarbonetos, garantindo uma cobertura maior ao Plano Diretor, ao proibir "construção de habitação em zonas vulneráveis às calamidades; a obrigatoriedade do desenvolvimento da Prontidão Operacional; a obrigatoriedade do Governo em ter Plano de Contingência e de Observar os Alertas (Moçambique, 2017, p. 17 *apud* Matos; Ndapassoa, 2020, p. 146).

Em distritos como "Chibabava," onde se localizam comunidades como "Hamamba (Mamba)," moradores relataram situações de grande dificuldade, tendo que esperar vários dias para receber qualquer tipo de apoio. Durante esse período, muitas famílias enfrentaram fome, falta de água potável e ausência de abrigo adequado, sendo obrigadas a sobreviver com poucos recursos e contando apenas com a própria resistência. (TV dos Trabalhadores – TVT, 2020). Em áreas como a cidade da Beira, receberam maior atenção, e em outras regiões mais distantes ficaram praticamente esquecidas nos primeiros momentos da crise. Além disso, fatores como estradas destruídas e áreas completamente inundadas dificultaram o acesso, mas também evidenciam a falta de preparação estrutural para lidar com desastres dessa dimensão.

Outro ponto importante é que essa desigualdade na distribuição da ajuda reforça as diferenças já existentes no país, onde as populações mais pobres e isoladas acabam sendo as mais afetadas. Segundo estimativas do Programa Alimentar Mundial, centenas de milhares de pessoas precisaram de ajuda humanitária após o ciclone, o que demonstra a dimensão da crise enfrentada pelo país. Dessa forma, mesmo com a mobilização do Estado e de parceiros internacionais, as limitações de acesso, infraestrutura e recursos tornaram a resposta mais lenta e difícil, evidenciando os desafios enfrentados na gestão de desastres em Moçambique. (Müzell, 2019).

Ainda segundo Müzell (2019), após o ciclone Idai, o processo de reconstrução permitiu a construção de milhares de novas habitações para as famílias afetadas. Além disso, no setor da educação, várias escolas destruídas foram recuperadas, com a reabilitação de milhares de salas de aula. Esses dados mostram o esforço do governo em reconstruir infraestruturas essenciais e restabelecer as condições de vida da população. Essas ações mostram que o governo possuía alguns mecanismos importantes para apoiar as vítimas e tentar responder às necessidades mais urgentes da população.

Diante desse fenômeno, o Estado percebeu que os desastres causados pelo ciclone idai foram maiores e passou a buscar apoio internacional para conseguir lidar com os impactos do desastre.

> Ciente, portanto, das suas fragilidades, o go verno, através do Gabinete de Reconstrução Pós- Idai e com base na Me todologia de Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA), solicitou apoio e parceria global ao Banco Mundial, ao Sistema das Nações Unidas, à União Europeia e ao Banco Africano de Desenvolvimento, no desenho e execução de um programa de avaliação e assistência humanitária às re giões afetadas. (Matos; Ndapassoa, 2020, p. 148).

Ao mesmo tempo, diversos países e organizações internacionais também contribuíram com ajuda humanitária, fornecendo apoio em operações de resgate, envio de materiais de emergência, instalação de hospitais de campanha e atuação de equipes médicas. Esse conjunto de ações demonstra que a resposta ao ciclone Idai não dependeu apenas do governo moçambicano, mas também de uma forte mobilização internacional (Matos; Ndapassoa, 2020, p. 148).

Essa ajuda de outros países também foi reconhecida pelo próprio governo de Moçambique. No contexto da atuação do governo moçambicano após o ciclone Idai, a ajuda humanitária internacional teve um papel fundamental no apoio às vítimas. O próprio chefe da diplomacia moçambicana, José Pacheco, destacou essa necessidade ao afirmar que “o Governo reitera a importância de se continuar a intensificar a ajuda humanitária, sem obviamente descurar outras

medidas de apoio para o restabelecimento dos serviços e atividades económicas e sociais" (Pacheco, 2019).

Além disso, o ministro reconheceu que, sem o apoio externo, "o sofrimento das pessoas afetadas […] teria sido mais profundo e penoso e o processo de salvamento de vidas humanas teria sido comprometido" (Pacheco, 2019). Esses dados mostram que países como França, Brasil e Estados Unidos contribuíram para amenizar os impactos da tragédia, reforçando a importância da solidariedade internacional em momentos de crise.

"Ianni (1998) argumenta que o capitalismo global não apenas incorpora o neoliberalismo, mas também produz um subproduto nazifascista, um reflexo extremo das mesmas forças sociais predominantes na sociedade administrada sob essa lógica. Como consequência, há uma intensificação das desigualdades e das tensões sociais, perpetuando processos de exploração, exclusão e marginalização." (Silva *et al*., 2025, p. 10).

Vale destacar que, mesmo com toda essa ajuda internacional, muitos relatos mostram que ela não chegou de forma igual para toda a população, principalmente nas zonas mais afastadas. Isso levanta a questão de que o problema não está apenas na falta de recursos, mas também na forma como essa ajuda é organizada e distribuída dentro do país. Dessa forma, percebe-se que a cooperação internacional foi essencial, mas não resolve por completo os problemas, sendo necessário que o próprio Estado fortaleça suas políticas públicas para garantir uma resposta mais justa e eficiente.

István Mészáros (2009, p. 57) critica o sistema capitalista por colocar os interesses econômicos acima das necessidades humanas. Ele diz que "O poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir. O capital – uma vez que opera sobre a base da míope racionalidade do estreito interesse individual" [....]. No caso do ciclone Idai, percebe-se que muitas comunidades mais pobres e afastadas tiveram maiores dificuldades para receber assistência, mostrando que nem todos foram atendidos da mesma maneira.

Da mesma forma, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha também desempenhou um papel importante ao fornecer assistência essencial para salvar vidas, atender às necessidades básicas e apoiar a reconstrução dos meios de subsistência das comunidades afetadas pelo ciclone Idai.

> Segundo a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) (2019) a organi zação acessou muitas áreas isoladas pelas águas da enchente e estradas precárias, tendo distribuído itens de socorro, como kits de ferramentas de abrigo, utensílios domésticos essen ciais e alimentos. (Campos; Mucóchua, 2020, p. 59).

Pablo Gentili (1996). “Se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico,” isso significa que a redução da participação do Estado nas políticas sociais, transferem muitas responsabilidades para instituições privadas e organizações internacionais. Isso faz com que países mais pobres tenham dificuldades em manter serviços públicos fortes e preparados para situações dessas crises.

De acordo com o (Unicef, 2019) “forneceu vacinas para imunizar, com sucesso, 900 mil pessoas contra a cólera e iniciou a distribuição de 500 mil mosquiteiros para proteger as crianças da malária.” No contexto da resposta ao ciclone Idai, o acesso à água potável e ao saneamento também foi uma das principais preocupações.



Fonte: UNICEF (2019).

Segundo o Unicef, “sem serviços de água, saneamento e higiene seguros e eficazes, as crianças correm um risco elevado de doenças evitáveis” (Unicef, 2019). Isso mostra que, depois do desastre, não bastava apenas oferecer alimentos, mas também garantir condições básicas de higiene para evitar novas doenças, como cólera e febre tifoide, que podem se espalhar rapidamente em situações de crise. No processo de reconstrução após o ciclone Idai, o setor da educação também foi uma prioridade. Segundo o relatório, “a reabilitação do tecido escolar na Província de Sofala […] foi coordenada pelo ‘Cluster da Educação’ liderado pelo DPEDHS, UNICEF e Save the Children”, mostrando que houve uma organização entre diferentes instituições para enfrentar os danos causados pelo desastre (República de Moçambique, 2023).

E importante mencionar que o estado, junto com organizações internacionais, tentou criar uma estratégia para reconstruir as escolas e garantir que os alunos voltassem a estudar. No entanto, apesar desses esforços, o próprio relatório mostra que ainda existiam dificuldades, já que nem todas as escolas receberam apoio e algumas infraestruturas continuavam em condições precárias.

4 ESTRATÉGIAS LOCAIS DE PREVENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com o 1 Entrevistado, relatou que antes da chegada da tempestade, algumas famílias adotaram estratégias improvisadas para tentar reduzir os impactos. Segundo um dos entrevistados, foram utilizados “sacos com areia no teto” e reforço das janelas com chapas, numa tentativa de evitar a destruição das casas (Entrevista realizada via WhatsApp, 2026). Essas práticas demonstram que, mesmo com poucos recursos, a população procurou formas próprias de proteção e adaptação diante do risco iminente.

Figura 3 - Estratégias improvisadas de proteção utilizadas pela população antes da chegada do ciclone Idai



Fonte: Mucauro (2026).

De acordo com Mujovo e Jacob (2023), após a passagem do ciclone Idai, tornou-se evidente a necessidade de adotar medidas que reduzam os impactos de futuros desastres naturais. Entre essas medidas estão o fortalecimento dos sistemas de alerta antecipado, a identificação de rotas de evacuação e locais seguros para abrigo, além da criação de estratégias que ajudem a população a reconstruir suas vidas de forma mais segura. Os autores também observaram que, na cidade da Beira, algumas famílias passaram a reforçar as suas casas utilizando materiais mais resistentes e melhorando a fixação dos telhados. No entanto, muitas pessoas continuam a reconstruir as habitações da mesma forma que antes, mantendo-as vulneráveis aos ventos fortes e às chuvas intensas. Segundo os autores, essa situação está relacionada não apenas à falta de recursos, mas também à falta de informação e conhecimento sobre formas mais seguras de construção.

Como parte da população afetada pelo ciclone Idai, vivi de perto momentos que marcaram profundamente a minha vida e a de muitas outras pessoas. Na noite em que o ciclone atingiu a nossa região, por volta das 21 horas, a minha casa acabou desabando com a força do vento e da chuva. Foi um momento de desespero, pois tudo aconteceu muito rápido e quase não houve tempo para reagir. Durante esse caos, o meu cunhado sofreu um corte grave por baixo da perna, o que deixou todos ainda mais preocupados, já que não havia condições imediatas de socorro. No meio de tanta destruição, o único espaço que permaneceu de pé foi a pequena mercearia da família, que acabou se tornando um local de abrigo. Lá, acolhemos mais de oito famílias que também tinham perdido suas casas e não tinham nenhum lugar seguro para se proteger. Dentro daquele espaço, tentávamos nos manter unidos e seguros, mesmo com medo e incerteza. Em vários momentos, fizemos orações, pedindo a Deus proteção, porque era a única coisa que nos dava alguma esperança naquele cenário tão difícil.

A primeira coisa que toda família que encontrava se sobre o nosso tento foi ir à escola pois la as pessoas tinham a esperança de que haveria ajuda ou soluções por parte do Estado o que não se fez sentir por uma semana. Diante dessa situação, não podíamos simplesmente ficar à espera de uma assistência que não vinha. Por isso, a própria população começou a se organizar para sobreviver com os poucos recursos disponíveis. Recolhemos chapas que o ciclone havia arrancado das casas destruídas e tentamos utilizá-las novamente para cobrir o que restava das nossas moradias. Aqueles que ficaram completamente sem casa improvisaram abrigos com chapas ou construíram casas simples de pau-a-pique, como forma de garantir um mínimo de proteção enquanto aguardávamos algum apoio do Estado moçambicano. Essa ajuda levou vários dias para começar a aparecer e, quando chegou, inicialmente foi marcada pela distribuição de alimentos, campanhas de vacinação e algumas ações emergenciais. No entanto, com o passar do tempo, muitas dessas promessas de apoio deixaram de se concretizar na prática, ficando mais visíveis nos jornais do que na realidade vivida pelas pessoas afetadas. Essa experiência mostra não apenas o sofrimento enfrentado, mas também a capacidade de resistência da população diante de uma situação extremamente difícil.

Segundo relato obtido pelo 2 Entrevistado. “Antes do ciclone Idai eu vivia na cidade da Beira com minha família. Nossa casa era simples, feita de blocos e chapas de zinco. Na época moravam comigo meus pais, meus irmãos e alguns parentes próximos. A principal fonte de renda da família era o pequeno comércio e agricultura. Tivemos pouco tempo para nos preparar porque não imaginávamos que o ciclone seria tão forte. Algumas pessoas avisavam sobre chuva forte, mas muitos de nós não tínhamos um lugar seguro para ir. No momento em que o ciclone atingiu nossa região estava em casa com minha família. O vento era muito forte e a chuva

parecia não parar. Ficamos assustados porque partes da casa começaram a se destruir. Algumas pessoas da comunidade ficaram feridas e outras desapareceram. Tivemos que sair de casa durante a madrugada e procurar abrigo numa escola que servia de centro de acomodação. Foi muito difícil fugir por causa da água e dos destroços nas ruas". (Entrevista realizada via WhatsApp, 2026).

"Depois do ciclone ficamos vários dias sem água potável, energia, comida suficiente e atendimento normal nos hospitais. Algumas pessoas da comunidade tiveram malária, diarreia e cólera devido às condições difíceis. Recebemos ajuda de organizações humanitárias e do governo, como comida, roupas e água, mas no início a ajuda demorou a chegar para todos. Nossa casa ficou muito danificada e levou vários meses para ser reparada." (Entrevista realizada via WhatsApp, 2026).

Segundo a 3 Entrevistada (40 anos) relatou que "Após o ciclone foi difícil voltar à vida normal." Porque muitos perderam machambas, empregos e pequenos negócios. Algumas estradas, escolas e hospitais da comunidade ficaram destruídos. Algumas famílias foram transferidas para zonas mais seguras. A experiência foi muito traumática e deixou medo, tristeza e preocupação em muitas pessoas. Acho que seria importante existir mais preparação antes dos desastres, com alertas mais fortes, locais seguros para abrigo e ajuda mais rápida às vítimas." (Entrevista realizada via WhatsApp, 2026).

5 ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DO ESTADO

Seis anos após o ciclone Idai, ainda existem evidências de que muitos sobreviventes não receberam apoio suficiente do Estado, o que revela insuficiência no processo de reconstrução e na eficácia das políticas pública.

De modo que a atuação do Estado pode ser vista como necessária, mas insuficiente. Ao mesmo tempo em que houve esforços para salvar vidas e prestar assistência, também ficaram claras as dificuldades em garantir justiça, proteção e dignidade para toda a população. Isso reforça a importância de políticas públicas mais estruturadas, que não atuem apenas na emergência, mas também na prevenção e na redução das desigualdades sociais.

Relatos recentes mostram que diversas famílias continuam enfrentando dificuldades profundas para reconstruir suas vidas. Um dos sobreviventes afirma que perdeu três filhos durante o desastre, destacando que aquele foi "o ano mais doloroso" de sua vida, evidenciando o impacto humano irreparável da tragédia (TV Sucesso, 2025).

Em outro caso, um morador relata que perdeu a esposa após o desabamento de uma parede e afirma que, desde então, “vive apenas com os seus quatro filhos”, sobrevivendo com apoio de vizinhos e sem assistência governamental (TV Sucesso, 2025).

Cabe-nos ressaltar que, o relatório aponta desigualdades na forma como a ajuda era organizada, já que muitas listas de distribuição incluíam apenas nomes de homens considerados chefes de família, deixando mulheres em situação ainda mais vulnerável. Em alguns casos, “mulheres e suas crianças não viram nenhuma comida há semanas”, sendo levadas a situações extremas para conseguir sobreviver (Human Rights Watch, 2019).

Em algumas regiões mais isoladas, por exemplo, a distribuição de ajuda não ocorreu de forma justa. Segundo a Human Rights Watch 2019, houve casos em que líderes comunitários responsáveis pela entrega de alimentos que aproveitaram-se situação e abusaram-se dos moradores, extorquiram várias pessoas devido à escassez de recursos. Isso demonstra que houve falhas na fiscalização e no controle da ajuda humanitária.

Outro ponto ainda mais grave foi o registro de casos de exploração e abuso sexual em meio à crise. Relatos indicam que algumas mulheres foram forçadas a trocar favores sexuais por alimentos básicos, o que revela não apenas a falta de proteção do Estado, mas também o nível extremo de vulnerabilidade enfrentado pela população afetada. Essas situações mostram que, apesar da presença do governo e de organizações internacionais, houve limitações estruturais na gestão da crise. A dependência de ajuda externa, a falta de coordenação e a fragilidade das instituições contribuíram para que problemas como desigualdade, abuso de poder e falta de acesso justo aos recursos se tornassem evidentes.

Os efeitos do ciclone Idai continuaram a afetar o setor educacional de Sofala mesmo dois anos após o desastre. Muitas escolas ainda apresentavam graves problemas de infraestrutura, obrigando milhares de estudantes a frequentar aulas em condições inadequadas. Na Escola Primária Completa 25 de Junho, no bairro da Munhava, a ausência de cobertura em algumas salas expunha os alunos às condições climáticas e prejudicava o processo de ensino-aprendizagem (MMO Notícias, 2021).

Figura 4 - Crianças estudando em condições precárias na província de Sofala.



Fonte: MMO Notícias (2021).

Segundo o Unicef, “pelo menos 1,6 milhão de crianças precisam de assistência urgente”, após os impactos dos ciclones Idai e Kenneth na região (Unicef, 2019). Outro ponto importante é que o desastre não afetou apenas as infraestruturas, mas também atingiu diretamente a vida das crianças, que ficaram sem acesso a condições básicas como alimentação, saúde e educação. Dessa forma, foi necessário que organizações internacionais atuassem para tentar reduzir o sofrimento da população.

Por outro lado, é importante destacar que a própria população moçambicana desenvolveu estratégias de sobrevivência durante a passagem do ciclone. Em muitos casos, os moradores colocavam objetos pesados, como blocos, ferros e até botijas de água sobre os telhados, com o objetivo de evitar que o vento destruísse as casas.

O 4 Entrevistado. Relatou que houve uma pequena preparação por parte da população em relação à energia elétrica, como todos já contavam com chuvas e vento forte a corrente elétrica seria cortada durante aquele período da noite para evitar acidentes. Por isso, muitas famílias carregavam os celulares antes das 18 horas, preparavam alimentos e deixavam roupas e itens essenciais organizados para facilitar a fuga em caso de emergência. (Entrevista realizada via WhatsApp, 2026).

A 5 Entrevistada afirma que, embora o Estado tenha oferecido assistência, como alimentação, apoio médico e tendas, “não chegou a 50% da população afetada”, demonstrando problemas significativas na eficácia das políticas públicas. Ainda assim, reconhece-se que existe algum esforço estatal, mas insuficiente, já que “a ajuda não chega para todos os afetados” (Entrevista realizada via WhatsApp, 2026).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o ciclone Idai em Moçambique deu-nos a compreender que os desastres naturais não afetam apenas o meio ambiente, mas também expõem problemas sociais, políticos e econômicos já existentes no país. Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que a resposta ao desastre envolveu tanto esforços importantes do governo quanto a forte presença de organizações internacionais.

No entanto, também ficaram evidentes diversas limitações, como a demora na chegada da ajuda, falhas na distribuição de recursos e situações de desigualdade e vulnerabilidade enfrentadas pela população. Isso mostra que a gestão de desastres vai além da resposta emergencial, exigindo planejamento, prevenção e políticas públicas mais eficazes a longo prazo. Outro aspecto importante é o papel da própria população, que, mesmo diante de muitas dificuldades, desenvolveu estratégias de sobrevivência e demonstrou grande capacidade de resistência. Esse fator reforça a importância de valorizar os conhecimentos e experiências locais na construção de políticas mais adequadas à realidade do país. Além disso, a forte dependência da ajuda internacional levanta reflexões sobre a autonomia do Estado moçambicano e os limites impostos por esse tipo de relação, o que também deve ser considerado em análises futuras.

O ciclone Idai não foi apenas uma tragédia natural, mas também um evento que revelou desafios estruturais importantes, mostrando a necessidade de fortalecer o Estado, reduzir desigualdades e investir em políticas públicas mais sustentáveis e inclusivas.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela oportunidade de realizar este trabalho. Aos meus professores, pelo apoio, orientação e ensinamentos ao longo deste processo. Aos colegas e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

Também deixo um reconhecimento especial à população moçambicana afetada pelo ciclone Idai, cuja resistência e força diante das dificuldades serviram de inspiração para a construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BEIRA (Moçambique). In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Beira_(Moçambique). Acesso em: 10 abr. 2026.

BEIRA (Moçambique). *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Beira_(Mo%C3%A7ambique). Acesso em: 20 Abr. 2026

CAMPOS, Augusto; MUCÓCHUA, Pedro. Actuação da Cruz Vermelha face à deterioração da segurança humana nas comunidades afectadas pelo Ciclone Idai em Sofala. *Revista Científica do ISCTAC*, Beira, v. 8, n. 25, p. [59, 53], abr./jun. 2020.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). *Moçambique: resposta humanitária ao ciclone Idai.* 2019. Disponível em: https://www.icrc.org/pt/document/mocambique-ciclone-idai.

ENTREVISTADO 1. Relato de vítima do ciclone Idai. Entrevista informal realizada via WhatsApp. Moçambique, 2026.

ENTREVISTADO 2. Relato de vítima do ciclone Idai. Entrevista informal realizada via WhatsApp. Moçambique, 2026.

ENTREVISTADO 3. Relato de vítima do ciclone Idai. Entrevista informal realizada via WhatsApp. Moçambique, 2026.

ENTREVISTADO 4. Relato de vítima do ciclone Idai. Entrevista informal realizada via WhatsApp. Moçambique, 2026.

ENTREVISTADA 5. Relato de vítima do ciclone Idai. Entrevista informal realizada via WhatsApp. Moçambique, 2026.

GDACS – GLOBAL DISASTER ALERT AND COORDINATION SYSTEM. *Relatório sobre o ciclone Idai.* 2019. Disponível em: https://gdacs.org/Cyclones/report_source.aspx?eventtype=TC&eventid=1000552&bulletinid=22&system=HWRF

GENTILI, Pablo. *Neoliberalismo e educação*. Petrópolis: Vozes, 1996. P, 57.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Moçambique: abusos na distribuição de ajuda após o ciclone Idai.* 2019.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. *Sobre o conceito de políticas públicas*. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 3-16, set./dez. 2019.

MATOS, F.; NDAPASSOA, A. M. *Políticas públicas e gestão de desastres em Moçambique.* Maputo: Escolar Editora, 2020. Disponivel em: file:///C:/Users/HP/Downloads/projeto/pedrobarros,+artigo006_V2.pdf

MÜZELL, L. *Moçambique após o ciclone Idai: desafios da reconstrução.* Deutsche Welle, 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/mocambique-ciclone-idai/a-47945746.

MMO Notícias. Cerca de 340 mil alunos estudam em situação deplorável em Sofala. 31 mar. 2021. Disponível em: https://noticias.mmo.co.mz/2021/03/cerca-de-340-mil-alunos-estudam-em-situacao-deploravel-em-sofala.html. Acesso em: 30 abr. 2026

MUJOVO, Marla; JACOB, Durão. Beira: uma cidade entre as mudanças climáticas e construções resilientes. *Revista Foco*, v. 16, n. 2, 2023. DOI: 10.54751/revista foco. v16n2-174. Disponível em: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n2-174. Acesso em: 3 jun. 2026.

MUCAURO, Alberto. Beira sempre no caminho do vento. Facebook, 2026. Disponível em: https://www.facebook.com/mucauroalberto/photos/beira-sempre-no-caminho-do-vento-na-beira-o-vento-n%C3%A3o-come%C3%A7a-quando-sopracome%C3%A7a-/1361927959295760/. Acesso em: 1 jun. 2026.

OCHA – UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. Mozambique Cyclone Idai & Floods: Situation Report No. 1, 02 April 2019. New York: OCHA, 2019.

PACHECO, J. *Discurso sobre a necessidade de intensificação da ajuda humanitária em Moçambique.* Maputo, 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/mocambique-ciclone-idai-ajuda-internacional/a-48093362.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Relatório de reconstrução pós-ciclone Idai.* Maputo: Governo de Moçambique, 2023. Disponível em: https://www.portaldogoverno.gov.mz.

SILVA, Tone Ernesto; NORIS, Francisco José; XAVIER, Machava Aliante; GONHAMO, Joaquina Manuel Bulaunde. A transição do liberalismo ao neoliberalismo e suas implicações para a educação infantil em Moçambique: uma análise histórica e epistemológica. Revista Multidisciplinar em Educação e Meio Ambiente, v. 6, n. 4, 2025. DOI: 10.51161/integrar/rema/4668.

RTP NOTÍCIAS. *Ciclone Idai destrói cidade da Beira.* 2019. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/ciclone-idai.

TV DOS TRABALHADORES – TVT. (2020). Idai – Ciclone de Moçambique [documentário]. https://www.youtube.com/watch?v=SjluXXJwwW4.

TV SUCESSO. *Relatos de sobreviventes do ciclone Idai.* 2025. Disponivel em: https://www.facebook.com/share/v/1CzCz3PcUs/

UNICEF. *Resposta humanitária ao ciclone Idai em Moçambique.* 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/mozambique.

UNICEF. *Resposta humanitária ao ciclone Idai em Moçambique.* 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/900-mil-doses-da-vacina-contra-colera-chegam-a-beira e em: https://www.unicef.pt/atualidade/noticias/um-mes-depois-do-ciclone-idai/